

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

casas editoras. Na
passado, com muito
em como editores,
«livraria», apesar de
estas terem externa
actividade editorial

Editores

A acção dos editores influi directamente no desenvolvimento da historiografia. Sendo o livro um dos principais meios para a transmissão do conhecimento histórico, os agentes que lhe dão forma tornam-se também actores dessa transmissão, seja na escolha do que se publica e traduz, do que se promove ou do que se rejeita. E têm a sua própria história. Procuramos, por isso, desenhar uma panorâmica geral, em traços breves, sobre a edição de estudos de história e fontes (uma pequena parte do mundo editorial como um todo) em Portugal, entre 1779 e 1974, abordando o percurso de alguns dos editores e das instituições que os publicaram.

Duzentos anos é muito tempo e, como seria de esperar, muitas são também as mudanças. Muda o leitor, muda o editor, muda o próprio livro. No século XVIII, é ainda um objecto de produção artesanal, quase de luxo, para um público diminuto, letrado. E o editor, tal como hoje se entende, é uma figura inexistente, cuja acção se reparte entre o livreiro e o impressor – muitas vezes a mesma pessoa. Na segunda metade do século XX, a situação é outra. O livro é produzido industrialmente; editor, livreiro e impressor são profissões separadas, com fronteiras definidas e reconhecidas. O público potencial, naturalmente, já não é uma pequena elite, alargou-se, massificou-se. Contudo, há também elementos que permanecem. Por exemplo, a existência de uma larga percentagem de população analfabeta, embora variando consoante o sexo e a região. Em 1900, havia ainda um total de 78,6 % de analfabetos e no início do século rondaria os 90 % (M. M. Tavares, “Livros...”, 1999, p. 189); segundo os censos de 1970, a percentagem seria de 25,7 %; ou seja, embora tendo diminuído, continuou elevada, prejudicando a estruturação de um mercado mais sólido. Por não ser um campo à parte no mundo do livro, compreender como se editava a história passa primeiro por perceber como, em geral, mudou a edição e o papel do editor ao longo destes dois séculos. A publicação de livros de história e de fontes insere-se nessas mudanças e continuidades, numa interacção constante entre as metamorfoses da própria disciplina, da edição e do ambiente cultural vivido no país.

Até ao século XIX, como foi dito, a profissão de editor não existia. O impressor ou o livreiro, enquanto responsáveis pela produção do livro, não centravam a sua actividade na constituição de um determinado catálogo, tendo em mente um certo público, nem na revisão do texto ou na contratação de traduções – tarefas que constituem o âmago do trabalho do editor, que o individualizam e lhe dão uma identidade profissional. Embora pudessem, por vezes, escolher títulos, intervir no texto ou contratar traduções, estes profissionais



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

apenas o faziam como forma de aumentar a produção, nunca como o centro da sua actividade. Frequentemente, as figuras do livreiro e do impressor sobrepunham-se, e o mesmo agente produzia, importava e vendia publicações. Esta realidade muda a partir dos finais de Setecentos. O alargamento da leitura e o conseqüente aumento do público leitor – e, naturalmente, a necessidade de se adoptarem estratégias para a sua fidelização, como os fascículos –, o embaratecimento da produção do livro, a expansão da edição nas línguas nacionais e, por essa via, o aumento da importância da tradução: todos esses factores definirão o papel do editor. Na segunda metade de Oitocentos, podemos já falar, com propriedade, de editores e casas editoras. Não obstante, em Portugal, registam-se e permanecem alguns elementos do passado, com muitos impressores e livreiros, por exemplo, a adaptarem-se e a trabalharem também como editores, mantendo as suas antigas actividades e a denominação de «tipografia» ou «livraria», apesar de a profissão de editor já se ter autonomizado como tal e de muitas dessas empresas terem externalizado a produção. Mas o movimento é irreversível e a separação entre a actividade editorial e a livreira continua no século XX, principalmente a partir dos anos 30; persistindo, contudo, algumas editoras-livrarias. (J. L. Lisboa, “Os Editores...”, 2015, pp. 15-22; J. L. Lisboa e D. Melo, “Passos Decisivos...”, 2015, pp. 33-34; N. Medeiros, *Edição e Editores...*, 2010, p. 101.)

Apesar do aumento do número de leitores, o livro mantém-se como objecto de consumo de uma elite nas primeiras décadas de Oitocentos (excepto alguns géneros, como a literatura de cordel, mais populares). É antes o jornal e o teatro que se assumem como os principais veículos de promoção de intelectuais junto do público e de difusão da respectiva obra. Portanto, o escritor não se profissionaliza como autor de livros, vivendo antes de outros trabalhos, nem consegue fazer-se editar no estrangeiro, salvo raras excepções, como Garrett ou Herculano. O mercado português mantinha-se, pois, subalterno e periférico, com a produção concentrada em apenas três cidades: Lisboa, Porto e Coimbra. (M. L. Santos, *Intelectuais...*, 1985, pp. 229 *et seq.*) Por motivos económicos (dificuldade em escoá-las a um maior preço), as edições eram de fraca qualidade; livros de luxo, ilustrados ou com bom acabamento (no papel e na encadernação, impressos com caracteres de boa qualidade) só se tornarão mais comuns a partir dos anos de 1870. (A. Anselmo, *Estudos de História do Livro*, 1997, p. 128.)

Apesar de tudo, nota-se uma tendência para popularizar o livro (esforço sempre limitado pelas altas taxas de analfabetismo) a partir de meados do século. Criam-se, por exemplo, colecções de feição popular, mais baratas, como, entre outras, a «Livraria Clássica Portuguesa», de António e José Feliciano de Castilho, antologando textos de autores clássicos portugueses com introduções histórico-literárias (M. L. Santos, *Idem*, 1985, pp. 229-230), ou a «Biblioteca Económica», de Eduardo de Faria, possivelmente o primeiro a usar o modelo de venda através de fascículos. Publicou assim uma *História de Portugal*, ilustrada, de Francisco Duarte de Almeida Araújo, em fascículos de 80 páginas. (A. Anselmo, *Idem*, 1997, pp. 143-145.) Ou ainda, entre outras, «Educação Popular», de Pinheiro Chagas (nos anos 70), ou a «Propaganda Democrática», de Consiglieri Pedroso, dando ambas grande importância a temas históricos, com propósitos de divulgação. Regista-se ainda um maior uso da ilustração para chegar a mais leitores – e que é uma grande aposta dos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

editores de livros de divulgação histórica, como se pode ver, por exemplo, na segunda edição da *História de Portugal*, de Pinheiro Chagas, “popular e ilustrada”, com 540 reproduções de gravuras e 309 vinhetas; ou na terceira, com ilustrações do conceituado Roque Gameiro. (S. C. Matos, *Historiografia...*, 1998, pp. 155-161.) Poder-se-ia ainda referir outras, como: «Pecúlio do Recreio», 200 romances editados por Francisco Rolland e Semiond; «Livrinhos de Ouro», de Castilho; ou «Livros para o Povo», de A. Teixeira de Vasconcelos. (M. M. Tavares, *Idem*, 1999, pp. 199-200.)

Os fascículos (ou cadernetas, conforme se dizia à época) tornaram-se o meio privilegiado para fazer chegar o livro a mais pessoas. Os leitores compravam e colecionavam os fascículos, que chegavam periodicamente ao mercado, encadernando-os. Uma ideia simples que permitia ao editor reduzir o investimento; e ao leitor, comprar a prestações – através de agentes espalhados pelo país, que escoavam o que se produzia. Foi este o modelo seguido, por exemplo, pela Empresa da História de Portugal, que assim distribuía as suas publicações, granjeando algumas um êxito assinalável (A. Anselmo, *Idem*, 1997, pp. 143-149), nomeadamente a *História de Portugal*, de Pinheiro Chagas. Ou a *História de Portugal*, pela Empresa Literária de Lisboa, de António Enes, entre outros (6 volumes, 1876-1883, ilustrados). O formato irá persistir em Portugal até aos anos 70 do século XX, permitindo apostar em obras de maior dimensão, nomeadamente enciclopédias e dicionários (como o *Dicionário de História de Portugal*, 1963-1971, de Joel Serrão, ou o incompleto *Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e da Teoria Literária*, 1977, de João J. Cochofel) sem esgotar os recursos das empresas. (N. Medeiros, *Idem*, 2010, p. 164.)

Mas a edição não é um espaço reservado apenas à actividade privada, empresarial, e às contingências do mercado. É também um espaço de intervenção pública, directa ou indirecta – daí a actuação do Estado enquanto editor ou patrono de edições. Isto tendo sempre em conta que a autonomia editorial depende da autonomia estatutária de cada instituição e dos seus responsáveis face ao poder político. No campo específico da história, essa acção é bem visível, particularmente no caso de trabalhos de cariz erudito. Para tanto, o Estado usa vários entes públicos. Além da Imprensa Nacional, também a Academia das Ciências e a Imprensa da Universidade irão promover o lançamento de uma quantidade assinalável de estudos historiográficos, bem como de fontes. A sua marca é relevante, não só porque assumiram o custo de obras com pouca viabilidade comercial, como por uma parte considerável dos historiadores portugueses, entre 1779 e 1974, ter publicado em pelo menos uma destas instituições nalgum momento das suas vidas. Também as comemorações são um momento relevante da acção estatal, seja pelo patrocínio de obras ou porque cria no público apetência por certo tema, aumentando as vendas, como pela constituição de chancelas das comemorações, que também editam. Contudo, esta acção também pode ser negativa, devido à censura ou a outras restrições (licenças e autorizações especiais, por exemplo), como aconteceu em vários momentos deste recorte cronológico, com destaque para o Estado Novo, quando os editores se viram a braços com várias e graves limitações à sua actividade.

A Academia das Ciências desempenhou um papel importantíssimo na historiografia portuguesa a partir dos finais de Setecentos e ao longo de toda a centúria seguinte. Esta centralidade é facilmente visível no seu



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

catálogo. A política editorial da Academia não se limitou à edição de recolhas monumentais de fontes, tendo também promovido a publicação de alguns estudos historiográfico, além de material relativo à vida quotidiana da instituição, como os elogios académicos. Nota-se, contudo, alguma perda de importância editorial a partir do século XX. Aliás, em 1910, uma das primeiras medidas da República passou pela extinção da tipografia da Academia, incorporando-a, com os respectivos trabalhadores, na Imprensa Nacional.

Contudo, já antes os prelos académicos se haviam destacado na produção de livros de história. É dali que sai, por exemplo, a *Portugaliae Monumenta Historica* (a partir de 1856, em 22 volumes), editada por Alexandre Herculano e continuada depois da sua morte; a *Colecção de Livros Inéditos da História Portuguesa* (em cinco volumes) ou outras obras de grande dimensão, como, por exemplo: *Quadro Elementar das Relações Diplomáticas de Portugal* (1842-1876, em 18 volumes, 12 dos quais pela Academia), coligida pelo visconde de Santarém e, depois, por L. A. Rebelo da Silva e José da Silva Mendes Leal; *Corpo Diplomático Português* (1862-1891, 15 volumes), compilada por L. A. Rebelo da Silva, José da Silva Mendes Leal, entre outros; ou *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal* (1871-1893, 18 volumes), de José Silvestre Ribeiro. São edições monumentais, eruditas, que dificilmente poderiam ver a luz do dia se não fossem editadas por uma instituição pública, por ser difícil garantir a sua viabilidade comercial.

Além disso, parte considerável dos historiadores em actividade no século XIX, principalmente na primeira metade, publicam pela Academia ou participam nas suas publicações colectivas, de periodicidade irregular, nomeadamente: *Memórias Económicas*, *Memórias de Literatura* ou *História e Memórias*. Difícil é descobrir quem ali não tenha sido editado. Mas citemos alguns nomes, como Pascoal de Melo Freire, António Ribeiro dos Santos, António Caetano do Amaral, João Pedro Ribeiro, José Acúrsio das Neves, Trigoso de Aragão Morato, Fortunato de S. Boaventura ou Joaquim José da Costa de Macedo, por ali terem dado a conhecer parte significativa da sua obra historiográfica, senão mesmo a totalidade.

A Imprensa Nacional, fundada em 1768, no âmbito das políticas reformistas pombalinas, com o nome de Imprensa Régia, atravessou períodos de maior ou menor fulgor, mas manteve-se sempre em funcionamento. Em 1821, mudou de nome para Imprensa Nacional (por ser «propriedade da Nação», afirmou-se, muito significativamente) – a partir dessa década, começam a ser-lhe atribuídos os exclusivos da impressão de documentos legislativos e burocráticos. Além das edições próprias e destes trabalhos de cariz mais oficial, uma parte considerável da produção devia-se a encomendas de particulares. Foi desde o início uma instituição de primeiro plano no sector, pelo tamanho, pelo número de livros produzidos, pela fundição de tipos e importação de maquinaria recente, pela formação de impressores. Também desde o início, e é praticamente uma constante, a Imprensa Nacional serve de apoio às várias políticas culturais que o poder político foi construindo.

Até ao início do século XIX, concorria com os impressores privados, financiando-se em larga medida com o exclusivo da fabricação de cartas de jogar. Depois das Guerras Liberais, passou por um período de modernização, promovendo, por exemplo, a importação de tecnologia (como a fundição mecânica ou a impressão a vapor). Esse movimento de renovação, que a aproximou às congéneres europeias, chegou ao



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

fim no final do século, devido à crise. Contudo, a implantação da República irá reforçar o seu papel cultural. Já o Estado Novo, embora nela incorpore o material de outras tipografias estatais, impede-a de prosseguir a actividade de edição habitual, reservando-a apenas para a produção que, pelas suas características, não pudesse ser realizada por empresas privadas. A isso acrescentavam-se as publicações da Biblioteca Nacional, da Academia das Ciências, da Academia Portuguesa da História e da Academia Nacional de Belas-Artes. Só depois da II Guerra Mundial haverá maior investimento na empresa – a qual, na verdade, só torna a assumir relevância na edição a partir dos anos 70. Em 1972, promove-se a fusão com a Casa da Moeda, criando a actual Imprensa Nacional-Casa da Moeda. (M. I. Queiroz *et al.*, *250 Anos...*, 2020.)

Pelo que ficou dito, facilmente se intui que a acção da Imprensa Nacional no campo específico da história será vasta, principalmente em obras de maior fôlego. Referimos apenas algumas, de maior dimensão: *Dicionário Bibliográfico Português* (1858-1923, 22 volumes), de Inocêncio Francisco da Silva, Brito Aranha, entre outros; *História de Portugal dos Séculos XVII e XVIII* (1860-1871, cinco volumes), de L. A. Rebelo da Silva; *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal* (1866-1890, 19 volumes), de Luz Soriano; as *Obras Completas do Cardeal Saraiva* (1872-1883, dez volumes); a *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV* (1885-1922, dez volumes), de Gama Barros; a *História Orgânica e Política do Exército Português* (1902-1932, 17 volumes), de Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda (em conjunto com a Imprensa da Universidade). Poder-se-ia ainda referir Cunha Ravara, Vicente d'Almeida Eça ou Latino Coelho, apenas alguns dos nomes mais relevantes que também passaram pelos catálogos da Imprensa Nacional.

A actividade editorial da Universidade de Coimbra remonta a meados do século XVI, quando já existia um impressor e material de impressão ao serviço da universidade. Mas a Imprensa da Universidade só viria a ser criada em 1772, após a reforma pombalina, com novo e melhor material. Publicava então, essencialmente, as obras dos professores, o que levou a alguma quebra de negócio entre os impressores da cidade. Mas essa actividade abranda na primeira metade do século XIX – fruto da instabilidade política e dos métodos de ensino, pouco propensos a estimular o consumo livreiro –, notando-se um certo desinvestimento: reduz-se o número de obras editadas e os rendimentos passam a vir principalmente de outros trabalhos tipográficos, como a composição de livros administrativos. A partir dos anos de 1860, regista-se uma inversão de ciclo, com maior investimento, editando-se mais. Esse novo ciclo, por sua vez, termina no final do século, com os problemas económicos que atingem o país, as divergências entre os órgãos dirigentes da editora e a concorrência de outros editores da cidade (nomeadamente França Amado). Mas a instituição recupera durante a República. Contudo, a actividade editorial da Imprensa da Universidade, que apesar dos vários ciclos nunca se interrompera, termina abruptamente em 1934, extinta pelo Estado Novo, quando era dirigida pelo historiador Joaquim de Carvalho, professor da Universidade de Coimbra, que adoptara uma política editorial muito diversificada. Entre os motivos para a extinção, talvez se possa apontar, entre outros, a necessidade de impedir que uma instituição com produção livreira significativa escapasse ao controlo do regime, o ambiente de tensão política ou mesmo uma vontade em beneficiar a indústria privada. A universidade não contestou a



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

decisão, e os livros passam a sair com a menção “por ordem da Universidade” até ao relançamento da editora. (F. T. Fonseca *et al.*, *Imprensa...*, 2001.)

O seu catálogo está intrinsecamente ligado à vida universitária. Há, por isso, abundância de compêndios, publicações de direito e filosofia, colectâneas de legislação. Mas há também trabalhos de cariz literário e religioso; ou relacionados com a vida interna da universidade, como regulamentos. Também edita livros de história, principalmente de historiadores ligados à universidade – mas não só – ou manuais para servirem de apoio às aulas.

Embora estas se possam considerar as principais instituições a actuar no campo da edição historiográfica, não foram as únicas. No século XX, podemos mencionar a Academia Portuguesa da História – destacando-se na publicação de fontes (as suas obras de maior dimensão), frequentemente associadas a comemorações – ou os vários centros de investigação universitários, que publicavam trabalhos dos respectivos investigadores. Ou ainda a Agência Geral das Colónias/Ultramar (e também a Junta de Investigações do Ultramar), com produção direccionada para a história colonial, de acordo com os interesses do regime relativamente às colónias, editando-se estudos, fontes ou obras de divulgação. Veja-se, por exemplo, o *Boletim Geral das Colónias/Ultramar* (1925-1969), ou colectâneas como a *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente* (1947-1958, em 12 volumes), coligida por António da Silva Rego, ou a *Monumenta Missionaria Africana*, coligida por António Brasio (1952-1988, em 22 volumes; a partir do volume 12, na Academia Portuguesa de História).

Da edição estatal, com as suas lógicas institucionais, em que frequentemente as mercantis estão ausentes, passemos para a privada, na qual acontece o oposto. Pondo de parte situações em que o gosto ou algum projecto cultural do editor possam levá-lo a lançar um livro sem apelo comercial; a necessidade de sobrevivência económica do empresário pressupõe a fria lógica do custo-benefício na hora de avançar com um projecto. Limitar-nos-emos apenas a traçar uma panorâmica geral, pois o número de editoras que nalgum momento publicaram livros de história é enorme (de existência, muitas vezes, efémera) e raras aquelas que cultivaram uma dedicação especial à história. Restringimos, por isso, a análise, centrando-nos em algumas das mais representativas, seja pela sua longevidade (Bertrand, Parceria A. M. Pereira), pelo impacto popular do seu projecto (David Corazzi, Cosmos), pela relevância que a dado momento assumiram (Ática, Europa-América, Verbo) ou pela especial atenção dada à historiografia (Empresa da História de Portugal, Portucalense, Portugalia, Livros Horizonte).

A origem da Bertrand remonta ao século XVIII, a uma das famílias francesas que dominavam o comércio do livro em Portugal. Acompanhou todas as mudanças que se verificaram no sector, continuando sempre a laborar. A data de fundação não é fácil de estabelecer. A primeira menção a um Bertrand (possivelmente Martinho Bertrand) data de 1742, num anúncio da *Gazeta de Lisboa*, associado a Pedro Faure Legendron, proprietário de uma loja de estampas desde pelo menos 1727. Na década seguinte, em 1754, conhece-se um anúncio a publicitar a venda do *Dicionário de Francês*, do padre José Marques, na loja dos irmãos Bertrand – Martinho e João José –, sociedade que se desfaz pouco tempo depois, visto que em 1756 já só se menciona



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

o nome de João José. Neste momento, é já segura a presença dos Bertrand no negócio do livro. Os filhos e a mulher de João José manter-se-ão no ramo: em 1779, surge a designação Viúva Bertrand & Filhos, que se irá manter durante quase um século. Os netos assumem a empresa entre 1815 e 1873, quando o último, Francisco Bertrand, morre. Serão estes os editores de Herculano, por exemplo, com quem mantinham boas relações. A empresa foi depois adquirida aos herdeiros, em 1876, pelo conselheiro Augusto Saraiva de Carvalho e o seu sócio, o sindicalista José Fontana, que nesse mesmo ano se suicida na livraria. Augusto Saraiva mantém aberta a editora até a vender a José Basto, que ali havia trabalhado e que dinamizará bastante o negócio. A empresa continua a mudar de mãos: em 1910, é vendida a Júlio Monteiro Aillaud; em 1933, transforma-se em sociedade anónima, comprada depois por um livreiro francês, Marcel Didier, que a irá vender a Manuel Bulhosa em 1969. E é com este proprietário que chega a 1974. (F. Guedes, *O Livro e a Leitura...*, 1987, pp. 15-44.)

Do catálogo da Bertrand, saltam de imediato à vista dois nomes incontornáveis e que, por razões bem diversas, são também os dois historiadores portugueses oitocentistas mais marcantes, cujos livros foram sendo reeditados comercialmente até hoje: Alexandre Herculano e J. P. Oliveira Martins. Para não ser fastidioso, cite-se do primeiro, além da obra literária, a *História de Portugal* – então com grande saída –, a *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal* ou os *Opúsculos*. Do segundo, refira-se a coleção «Biblioteca de Ciências Sociais», na qual edita, a partir de 1879, títulos seus, como *História de Portugal*, *História da Civilização Ibérica* ou *Portugal Contemporâneo*, entre outros, de variadas temáticas.

A Parceria A. M. Pereira, fundada em 1848 por António Maria Pereira (1824-1880) – de origens humildes, aprendeu o ofício de encadernador na Casa dos Vinte e Quatro –, assumiu certa importância até às primeiras décadas do século seguinte. Manter-se-á nas mãos da família durante um século, sendo gerida pelo filho (de 1880 a 1898, quando morre) e o neto (a partir dos anos 20), homónimos. A editora acabará por soçobrar após a II Guerra Mundial – quando conheceu um período de algum fulgor, com a venda de títulos relacionados com o conflito, mas que levarão ao acumular de dívidas –, num processo que se arrastou até ao 25 de Abril, tendo sido intervencionada pelo Estado Novo através da Companhia Nacional Editora, que assumiu o controlo da empresa para proceder ao saneamento financeiro, o qual, contudo, nunca se verificou. Um dos motivos possíveis para este fim talvez resida na incapacidade de António Maria Pereira, o neto, em atrair novos nomes das letras, não chegando assim a novos públicos, e em se afastar do regime, com o qual simpatizava (foi presidente do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros e vereador da Câmara Municipal de Lisboa, por exemplo). O que levou a Parceria a ficar conotada com o regime, perdendo leitores. (A. M. Pereira, *Parceria...*, 1998.) Após o 25 de Abril, a empresa será ocupada pelos trabalhadores, fechando em 1980. A Parceria manteve, ao longo da sua trajectória, um cariz generalista, editando todos os géneros, desde autores consagrados (como Camilo Castelo Branco) a romances para o grande público, passando por dicionários, manuais escolares, obras religiosas, etc. Embora a história não seja central na sua estratégia, não deixa de surgir nos catálogos, principalmente numa lógica comercial. Assegura, por exemplo, a publicação das obras de Oliveira Martins entre os anos de 1890 e os de 1940 (trabalho prosseguido depois pela Guimarães



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Editores), com sucessivas reedições; também Pinheiro Chagas ou Júlio de Castilho publicarão nesta editora.

Henrique Marques (1859-1933), antigo empregado da Parceria, foi um dos mentores da Empresa da História de Portugal, muito activa no início do século XX. Foi constituída em 1898, com o objectivo de reeditar a *História de Portugal: Popular e Ilustrada*, de Pinheiro Chagas (oito volumes, a que se acrescem seis de Barbosa Colen, Marques Gomes e Alfredo Gallis, até 1909), em fascículos semanais de 16 páginas, modelo de venda privilegiado pela editora. A obra já antes fora editada anonimamente, em 1867, apresentando como autor uma Sociedade de Homens de Letras, tendo depois saído uma segunda edição. O êxito da *História de Portugal* permitirá alargar o seu catálogo para outros autores e apostar em novos projectos, como por exemplo as obras de L. A. Rebelo da Silva – em 41 volumes, reunindo muito material disperso –, de António Feliciano de Castilho ou de Almeida Garrett; ou ainda edições em fascículos d' *Os Lusíadas* ou da Bíblia, também com grande aceitação. A empresa será dissolvida em 1916. (H. Marques, *Memórias...*, 1935, pp. 211 *et seq.*)

David Augusto Corazzi (1845-1896) deixou um legado ímpar. Começa por publicar, em 1870, romances para o grande público, nomeadamente Júlio Verne ou Ponson du Terrail, fundando a Empresa Horas Românticas; a qual mudará várias vezes de nome, tornando-se Casa Editora David Corazzi, depois Companhia Nacional Editora (em 1888, com a entrada de novos sócios) e, por último, A Editora (em 1906), tendo encerrado definitivamente em 1912. Quanto a Corazzi, abandonou a profissão em 1890, por motivos de saúde; mas durante o seu percurso, revelou-se um mestre e um pioneiro no uso de técnicas publicitárias, na capacidade de conquistar novos públicos e de abrir novas vias para a divulgação do livro, nomeadamente com a criação de colecções de cariz popular. Entre elas, a «Biblioteca do Povo e das Escolas» foi a que maior impacto gerou. Era constituída por pequenos volumes de 64 páginas, a preço muito acessível e com tiragens que rondavam os milhares de exemplares, distribuídos localmente por uma rede de agentes em todo o país. Publicavam-se em séries de oito, em pequeno formato, existindo a intenção editorial de que o leitor encadernasse depois esses volumes em conjunto.

Entre 1881 e 1891, publica 196 volumes, que primeiro saem quinzenalmente, depois mensalmente. É este o seu período de maior impacto. A colecção continuará após a saída do seu mentor, até 1913, mas já com um ritmo irregular. Ao todo, publicará 237 livros. *História de Portugal*, de Xavier da Cunha, seu director literário, inaugura a colecção, a qual regressa regularmente a assuntos históricos, de temática variada, como, por exemplo, história antiga, descobrimentos, história do Brasil ou Invasões Francesas; de autores como José de Arriaga, Vicente d'Almeida Eça, José Leite de Vasconcelos, entre outros. Apesar de a colecção ter tido um âmbito temático muito variado, com grande destaque para livros práticos, de ciências naturais ou higiene; a história foi sempre das áreas com maior número de publicações. (M. Domingos, *Estudos...*, pp. 13-134; M. Viana, "David Corazzi...", 1990.)

Ainda no século XIX, são muitas as obras que saem das tipografias de periódicos (*Panorama*, *Gazeta de Portugal*, *Comércio do Porto*, etc.), outras são edições de autor, sem que tal se mencione, surgindo apenas o nome da tipografia. O que dificulta a reconstituição da sua história. (A. Anselmo, *Idem*, 1997, pp. 126-128.) Destas tipografias, é de salientar a do *Panorama*, periódico de reconhecida importância para a historiografia



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

portuguesa, e que também imprimiu livros, nomeadamente de L. A. Rebelo da Silva.

A Portucalense terá iniciado actividade em 1928, com *História de Portugal* (1928-1937, em oito volumes), dirigida por Damião Peres. Esta será a obra de maior relevância da editora, estabelecendo um tom para as décadas seguintes: ênfase na publicação historiográfica e proximidade ao nacionalismo cultural, o qual, em parte, estava em sintonia com o regime (na *História de Portugal* colaboraram também historiadores republicanos de grande valor como Jaime Cortesão e Newton de Macedo). Damião Peres será igualmente o autor com maior presença no seu catálogo, com mais de duas dezenas de obras, nomeadamente *História dos Descobrimentos Portugueses* ou *Como Nasceu Portugal* (que atingirá a 7.^a edição em 1970); além de prefácios e edições críticas, como a *História Trágico-Marítima*, de Bernardo Gomes de Brito, ou a reedição da *História da Igreja em Portugal*, de Fortunato Almeida, anteriormente editada pelo autor. Outra obra notável foi a *História da Arte em Portugal* (1942-1956, três volumes), de Reinaldo dos Santos, Mário Chicó e Aarão de Lacerda. Além destes, poderão ser referidos outros historiadores ali editados, como Paulo Merêa, Ruben Andresen Leitão ou David Lopes, entre a centena e meia de títulos que pudemos recolher (fonte: Porbase). Entre esses títulos, raros são os que não abordam temas históricos. Contudo, em 1971, tudo muda. Nesse ano, José Oliveira, então estudante e militante de extrema-esquerda, herda a Portucalense, passando a lançar livros de cariz político, principalmente ensaios, de temáticas e autores de esquerda, como Engels ou Jacques Rancière, entre outros. A Portucalense encerra em 1972, possivelmente por o editor ter sido obrigado a passar à clandestinidade. (F. Maués, *Idem*, 2019, pp. 232-235.)

Nos anos 40, registam-se mudanças significativas no sector do livro. Surge, por exemplo, um número considerável de novas editoras, fruto de maior dinamismo comercial. Para além da Cosmos, da Portugália ou da Europa-América, nascem: Editorial Inquérito (1938), Didáctica Editora (1944), Livros do Brasil (1944), Porto Editora (1944) e Editora Ulisseia (1946), entre outras. Algumas fecham ao fim de alguns anos, outras sobrevivem à crise do final da década, ganhando importância nos decénios seguintes. Surge também uma nova figura, a de director de colecção, cujo exemplo paradigmático será Bento de Jesus Caraça, na Cosmos. A nível visual, nota-se um maior cuidado no grafismo e na capa, inovações que muito devem à Ática e à revista *Presença*. Os editores fortalecem a sua representação profissional com o Grémio Nacional dos Editores e Livreiros – que publicará a revista *Livros de Portugal*, direccionada aos profissionais do sector. (N. Medeiros, *Idem*, 2010, pp. 131-138.)

Embora a Ática, de Luís de Montalvor (1891-1947), tenha assumido uma faceta mais literária (foi a primeira a editar sistematicamente Fernando Pessoa), merece ser referida, pois deve-se a ela a publicação de duas obras historiográficas de valor, mas de orientação bem diversa: *História do Regime Republicano em Portugal* (1930-1932, dois volumes), organizada pelo próprio Luís de Montalvor (e que esteve na base da criação da editora), e a *História da Expansão Portuguesa* (1937-1940, três volumes), dirigida por António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias. Depois da morte do fundador, a Ática mantém-se em funcionamento. (A. Anselmo, *Idem*, 2015, pp. 163-166.)

A «Biblioteca Cosmos», da Edições Cosmos, de Manuel Rodrigues de Oliveira (1911-1996), deixou uma



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

herança indelével. Talvez mais a colecção do que a própria editora. Primeiro, pelo êxito: entre 1941 e 1948, lança 114 títulos, num total de 793 500 exemplares, com uma média de 6960 exemplares por título. Depois, pelo projecto político-cultural em que se fundava, pelo relevante número de intelectuais portugueses que nela publicou (apenas 19 livros foram traduzidos), quase sempre figuras avessas ao regime, e pelo seu director, Bento de Jesus Caraça (1901-1948), catedrático de matemática, figura de primeiro plano na vida cultural e política da época. Apesar de se assumir como continuadora da «Biblioteca do Povo e das Escolas», a colecção não se limitou a agregar um conjunto de obras informativas, antes a materializar um projecto cultural que passava pela difusão em larga escala do conhecimento científico. Bento de Jesus Caraça assume uma estratégia bastante interventiva ao dirigir a colecção, não só pela escolha e rejeição de obras, como também pela encomenda de textos e por pedidos de revisão extensiva dos trabalhos submetidos, com o propósito de manter uma elevada coerência editorial. (N. Medeiros, *Idem*, 2010, pp. 150-158.)

A colecção dividia-se em sete secções: «Ciências e técnicas» (48), «Artes e letras» (20), «Filosofia e religião» (3), «Povos e civilização» (6), «Biografias» (5), «Epopéias humanas» (1) e «Problemas do nosso tempo» (23). Come se percebe, o grande interesse de Bento de Jesus Caraça é a divulgação da ciência, que ocupa quase metade do catálogo. Mesmo assim, a história também marcou presença com, por exemplo, Armando Castro, *Introdução ao Estudo da Economia Portuguesa (Fim do Séc. XVIII a Princípios do Séc. XX)*; Flausino Torres (*Civilizações Primitivas, Religiões Primitivas*), José de Freitas (*A China Antiga e Moderna*). E a obra marcante de Condorcet, *Quadro dos Progressos do Espírito Humano* (com introdução de Vitorino Magalhães Godinho) ou L. Adam (*Arte Primitiva*). (J. Neves, “A Biblioteca Cosmos”, 2006.).

Mas se a colecção termina em 1948, com a morte do seu director, a Cosmos mantém-se, continuando a publicar nas décadas seguintes e desempenhando um papel relevante na edição historiográfica (não já numa perspectiva meramente de divulgação, mas procurando lançar títulos cientificamente relevantes para a área). Vitorino Magalhães Godinho assumiu um papel importante na escolha dos títulos a editar, dirigindo várias colecções (nomeadamente a «Marcha da Humanidade»), as quais, embora não tenham atingido o êxito da «Biblioteca Cosmos», nem o seu ritmo, permitiram a publicação de um conjunto assinalável de obras, muitas delas traduzidas, de historiadores e sociólogos de relevo: Charles Morazé, Fernand Braudel ou Georges Gurvitch.

Agostinho Fernandes (1886-1972), mecenas e empresário de pescas e conservas, funda a Portugália Editora em 1942, com Pedro de Andrade e Raul Dias, então proprietários da Livraria Portugália, que irá partilhar o nome com a nova empresa. Nos primeiros anos, pela mão de Gaspar Simões, regista um grande dinamismo, que se perde com a sua saída em 1946. Só recupera uma década depois, com a fugaz passagem de Jorge de Sena e, principalmente, com a acção do também historiador Augusto da Costa Dias (1919-1976), que o substitui e renova por completo o catálogo da editora, tornando-a numa das mais relevantes dos anos 60 e apostando na publicação de nomes contrários ao regime. Embora seja na literatura que a marca da editora mais se faz sentir, no campo da história é de salientar a colecção «Portugália», que publicou historiadores de grande relevância, como A. H. Oliveira Marques, Joel Serrão, Victor de Sá, Armando de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Castro, António Borges Coelho, José Tengarrinha; ou ainda a colecção «Obras Completas de Jaime Cortesão» (depois publicadas pela Livros Horizonte). (N. Medeiros, *Idem*, pp. 241-246.)

Embora sofrendo um acosso constante da Censura e da PIDE, a Publicações Europa-América afirma-se, entre os anos 50 e os anos 70, como uma das editoras mais influentes e de maior crescimento do país. Foi fundada em 1945 por Adelino Lyon de Castro, Manuel Rodrigues de Oliveira, que sairá da sociedade, e Francisco Lyon de Castro (1914-2004) – que se assumirá como o principal responsável pela editora e como um dos mais influentes editores das décadas seguintes. De início, a empresa tinha como objectivo a importação de livros e revistas, mas redireccionou o negócio para a edição em 1949. Antes de enveredar por este caminho, Francisco Lyon de Castro teve uma experiência bastante intensa como activista político. Militante do PCP desde 1932, esteve exilado em Madrid e Paris, mas regressou a Portugal, tendo sido preso em 1935. Só foi libertado em 1940, ano em que se desfilia do partido. Nas décadas seguintes, voltará várias vezes à prisão, com a PIDE e a Censura a atacar frequentemente a editora. Apesar de tudo, Lyon de Castro consegue erguer uma enorme estrutura, com várias chancelas, tipografia e uma rede livreira. O momento-chave para este crescimento, no final dos anos 50, início dos anos 60, será o lançamento de *2455, Cela da Morte*, de Carly Chessman, que chegou a vender cerca de 100 mil exemplares em dois meses, e a contratação das obras de Jorge Amado, nomeadamente *Gabriela, Cravo e Canela*, outro êxito. (N. Medeiros, *Idem*, 2010, pp. 175-191.)

Na área da não-ficção, de cariz academizante, a forte acção da Europa-América começa logo nos seus primórdios com a colecção «Saber», dividida em várias secções, fruto de um acordo com a Presses Universitaires de France para lançar traduções da colecção «Que sais-je?». Mas foi mais além, editando autores portugueses – *A Inquisição Portuguesa*, de António José Saraiva, por exemplo – e de outras proveniências. O ano de 1954 assinala o início de uma nova colecção, «Estudos e Documentos», com o volume VII de *Ensaio*, de António Sérgio (nome que ficará, contudo, mais ligado à Sá da Costa), tendo também editado, por exemplo, *Para a História da Cultura em Portugal*, de António José Saraiva, ou *Geografia e Economia da Revolução de 1820*, de Fernando Piteira Santos. Nos momentos de maior dinamismo, lançar-se-á um título por mês nesta colecção, principalmente sobre temas de actualidade, mas também históricos. (N. Medeiros, *Idem*, 2010, pp. 175-191.)

Em 1953, foi fundada a Livros Horizonte, por Rogério de Moura (1925-2008), cuja carreira começou pela importação de livros do Brasil, onde o irmão também era editor. No seu percurso profissional, já passara pela Editorial Confluência, que acabaria por comprar e na qual publicou uma edição revista e actualizada do *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, de António de Morais Silva. (N. Medeiros, *Idem*, 2010, pp. 167-168.) A Livros Horizonte destacou-se desde o início na área de não-ficção, nomeadamente história. É de realçar a «Colecção Horizonte», dirigida por Joel Serrão e contando com nomes como A. H. Oliveira Marques, Joaquim Barradas de Carvalho, Orlando Ribeiro, Vitorino Magalhães Godinho, José-Augusto França e João Medina, entre outros. Joel Serrão também publicará nesta casa uma parte considerável da sua obra, mais tarde organizada em colecção própria («Obras de Joel Serrão»), acompanhando as obras completas de Jaime



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Cortesão (inicialmente na Portugália) e as de Victor de Sá.

Apesar de Joel Serrão ter sido um dos grandes colaboradores da *Horizonte*, o seu *Dicionário da História de Portugal* – um dos projectos mais relevantes da historiografia portuguesa, reunindo contributos dos principais historiadores da época e de alguns dos que se destacarão nos anos seguintes – será lançado pela Iniciativas Editoriais. Fundada em 1956 por José Fernandes Fafe, Carlos de Oliveira e José Gomes Ferreira – e conotada claramente com a oposição ao regime –, irá, nos anos 60, apostar sobretudo na literatura e, depois do 25 de Abril, no ensaio político, momento em que mostra uma grande vitalidade. Entrará, contudo, em dificuldades, encerrando no final dos anos 70. (F. Maués, *Idem*, 2019, pp. 237-240.)

No caso das enciclopédias, uma das principais casas a distinguir-se, a partir dos anos 60, é a Editorial Verbo, fundada por Fernando Guedes (1929-2016) em 1959. Embora generalista, também se destaca no campo dos estudos universitários e com a colecção «Livros RTP», a partir de 1970, um enorme êxito de vendas, com tiragens na ordem das dezenas de milhar. Mas antes, em 1963, começa a publicar a *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, à qual se seguirá a *Logos*, enciclopédia de filosofia, a *Polis*, sobre a sociedade e o Estado, e a *Enciclopédia Verbo Juvenil*. No campo do ensaio, destaca-se a colecção «Presenças», que contará com nomes como Jacinto do Prado Coelho, Joaquim Veríssimo Serrão, Virgínia Rau, José V. de Pina Martins, Manuel Antunes, Maria Helena da Rocha Pereira entre outros. (A. Anselmo, *Idem*, 2015, pp. 171-175.)

No pós-25 de Abril, alguns destes projectos manter-se-ão, agora sem os espartilhos da censura, outros encerram, não se adaptando à nova realidade. Nos anos seguintes, algumas editoras afirmam-se fortemente no campo da história, como as Edições 70 ou a Estampa, apesar de terem sido fundadas antes da revolução. Outras continuaram o caminho que tinham vindo a trilhar, como a Europa-América, a Verbo ou a Livros Horizontes. Outras ainda serão fundadas já na democracia e deixarão uma marca considerável nos anos vindouros, como a Caminho. Além dessas mudanças, e fruto da renovação historiográfica que então se verifica, surgem também novas histórias gerais, normalmente colectivas, em vários volumes e sobre vários temas, conhecendo um enorme êxito de vendas, que também se estende a obras de síntese, portuguesas ou traduzidas.

Bibliografia: ANSELMO, Artur, *Estudos de História do Livro*. Lisboa: Guimarães Editores, 1997. ANSELMO, Artur, *História do Livro e Filologia*. Lisboa: Guimarães Editores, 2015. *Catálogo das Publicações (1940-1996)*. Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1996. *Catálogo das Publicações da Academia*. Lisboa, Academia das Ciências, 1983. *Catálogo das Publicações*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1965. DOMINGOS, Manuela D., *Estudos de Sociologia da Cultura: Livros e Leitores do Século XIX*. Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1985. DOMINGOS, Manuela D. *Livros de Setecentos*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2000. FONSECA, Fernando Taveira da, ANTUNES, José, VAQUINHAS, Irene, VARGUES, Isabel Nobre, TORRAL, Luís Reis e REGATEIRO, Luís J., *Imprensa da Universidade de Coimbra: Uma História dentro da História*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001. GUEDES, Fernando, *O Livro e a Leitura em*

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Portugal. *Subsídios para a Sua História, Séculos XVIII-XIX*. Lisboa/São Paulo, Verbo, 1987. LISBOA, João Luís, “Os Editores: Portugal e as Transformações no Mundo do Impresso no Século XIX”. MELO, Daniel (Org.), *História e Património da Edição – A Romano Torres*. V. N. Famalicão: Edições Húmus, 2015, pp. 15-30. LISBOA, João Luís e MELO, Daniel, “Passos Decisivos duma Empresa Editorial”. MELO, Daniel (Org.), *História e Património da Edição – A Romano Torres*. V. N. Famalicão: Edições Húmus, 2015, pp. 33-50. MARQUES, Henriques, *Memórias de Um Editor (Publicação Póstuma)*. Lisboa: Livraria Central Editora, 1935. MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*. Lisboa, Colibri, 1998. MAUÉS, Flamarion, *Livros que Tomam Partido. Edição e Revolução em Portugal: 1968-1980*. Lisboa: Parsifal, 2019. MEDEIROS, Nuno, *Edição e Editores. O Mundo do Livro em Portugal 1940-1970*. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2010. NEVES, José, “A Biblioteca Cosmos”. CURTO, Diogo Ramada, *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, pp. 823-888. PEREIRA, Antónia Maria, *Parceria A. M. Pereira: Crónica de Uma Dinastia Livreira*. Lisboa: Pandora, 1998. PEREIRA, Isabel, CARMO, Gracília do, CARDOSO, Ana Paula (Coord.), *Imprensa da Universidade. Catálogo*. Figueira da Foz, Serviços Culturais da Câmara Municipal, 1992. QUEIROZ, Maria Inês, JOSÉ, Inês e FERREIRA, Diogo, *250 Anos da Imprensa Nacional. Uma Breve História*. (Edição digital em 10 volumes.) Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2020 [Disponível em: https://www.incm.pt/portal/livros_edicoes_gratuitas.jsp – consulta: 30.06.2020]. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares Ribeiro, “Livros e Leituras no Século XIX”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra, Vol. 20, 1999, pp. 187-227. SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos, *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1985. TORGAL, Luís Reis, MENDES, José M. Amado e CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal: Séculos XIX-XX*. Vol. I, *A História através da História*. Lisboa: Temas & Debates, 1998. TORGAL, Luís Reis, MENDES, José M. Amado e CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal: Séculos XIX-XX*. Vol. II, *Da Historiografia à Memória Histórica*. Lisboa: Temas & Debates, 1998. VIANA, Mário, “David Corazzi, Um Editor Português do Século XIX”. *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, 2.^a série, 5 (2) Julho-Dezembro, 1990, pp. 109-132.

André Morgado